

## ACESSIBILIDADE NO CAMPUS DA UNICRUZ – DA TEORIA À PRÁTICA

GAKLIK, Émille Schmidt<sup>1</sup>; ISTAN, Liamara Pasinato<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho apresenta os resultados de atividade acadêmica sobre acessibilidade universal desenvolvida em alguns locais do campus da Universidade de Cruz Alta durante a oficina da Semana Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo do ano de 2015. O objetivo do trabalho visava a aplicação de conceitos, a desmistificação da legislação e os procedimentos metodológicos de avaliação pós-ocupação dos ambientes estudados. Para a última atividade, adotou-se a prática do *walkthrough* – caminhar observando os espaços. Neste trabalho, apresentam-se o embasamento teórico, a metodologia usada e os resultados obtidos na atividade prática. Constata-se que a acessibilidade aos usuários com cadeira de rodas ou mobilidade reduzida, em grande parte dos locais percorridos pelos acadêmicos, satisfaz as condições estabelecidas pelas normas. No entanto, para as pessoas com deficiência visual, auditiva e muda, há um longo caminho a percorrer, havendo muitas barreiras a serem vencidas, tanto no processo educativo quanto na aplicação das leis nos ambientes edificados.

**Abstract:** This paper presents the results of academic activity on universal accessibility developed in some campus sites of the University of Cruz Alta during the workshop of the Academic Week of the Architecture and Urbanism of the year 2015. The objective of the work was aimed at the application of concepts, demystification of legislation and methodological procedures of post-occupancy evaluation of the studied environments. For the last activity, we adopted the practice of walkthrough - walk observing the spaces. In this paper, we present the theoretical framework, the methodology used and the results obtained in practical activity. It is noted that accessibility to users with wheelchair or reduced mobility, in most places covered by academics, satisfies the conditions set by the rules. However, for people with visual, hearing and changes, there is a long way to go, there are many barriers to overcome, both in the educational process and in the application of laws in built environments.

**Palavras- Chave:** Arquitetura. Urbanismo. Deficiências. Ergonomia.

**Keywords:** Architecture. Urbanism. Deficiencies . Ergonomics.

### INTRODUÇÃO

As nossas cidades, juntamente com os seus espaços, precisam ser mais racionais e democráticas, mais humanas, adequadas ao convívio das pessoas e plenamente acessíveis, isto é, sem barreiras aos deslocamento dos cidadãos. Dessa forma, para avançar na construção da

---

<sup>1</sup> Mestre em Engenharia Civil e Ambiental, Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. E-mail: egaklik@unicruz.edu.br

<sup>2</sup> Mestre em Engenharia Civil, Área de Concentração em Infraestrutura e Meio Ambiente, Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. E-mail: lpasinato@unicruz.edu.br

cidade, deve-se focar a atenção nas pessoas e não nos veículos, priorizando os modos de transporte coletivos, não-motorizados e pedestres, de forma efetiva, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável (MINISTÉRIO..., 2006b). Acessibilidade é:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliário, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou provado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (NBR 9050: 2015, p.16).

Percebe-se a acessibilidade universal ou integral como o direito de ir e vir de todos os cidadãos, inclusive daquelas pessoas com deficiências permanentes ou ocasionais, quer seja cadeirantes, deficientes visuais ou auditivos, gestantes ou idosos. Além da garantia da mobilidade das pessoas com deficiência pela cidade, também deve ser promovido o acesso a todos os espaços da cidade como prédios públicos e institucionais, estabelecimentos de comércio, serviços e áreas de lazer (MINISTÉRIO..., 2006a).

Logo, conclui-se que a acessibilidade não se resume na possibilidade de entrar em determinado local ou veículo, mas na capacidade de se deslocar pela cidade, através do uso dos vários meios de transporte existentes, organizados em uma rede de serviços e, por todos os espaços públicos, de maneira independente.

Tão importante quanto adequar os espaços públicos para garantir a circulação de pessoas, eliminando-se as barreiras existentes, é evitar que sejam criadas novas dificuldades. É fundamental o trabalho em equipe, com a participação social, norteados por uma visão de sociedade mais justa. Trata-se de fomentar um amplo processo de humanização do espaço urbano e o direito à cidade a partir do respeito às necessidades de todas as pessoas que a usufruem (MINISTÉRIO...,2006c). Nesse ponto reside a importância de estudar a acessibilidade com os alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Quando há busca de organização dos espaços para atender às necessidades dos usuários de forma universal, é imprescindível estudar as questões de acessibilidade e do desenho universal. O entendimento dos seus conceitos e das possibilidades de projetar ou adaptar os ambientes a esses conceitos, torna-se uma tarefa difícil em pessoas que não apresentam deficiências ou não conseguem enxergar outras pessoas em situações de insegurança, desrespeito ou impossibilidade de desempenhar as atividades diárias. A vivência pessoal de situações que restringem a acessibilidade para todos é uma das atividades de conscientização e levantamento de dados reais para fundamentação de propostas de projeto arquitetônico de ambientes (KALIL. et al, 2010).

Diante do exposto, adotou-se como diretriz pedagógica para o desenvolvimento deste trabalho, a execução de exercícios aplicados de avaliação pós-ocupação como meio para averiguação das condições de acessibilidade encontradas no local objeto do estudo. O trabalho foi desenvolvido em grupos de alunos, em oficina de Acessibilidade Universal, ocorrida no período de 07 a 08 de outubro de 2015 e ministrada pelas autoras. Essa oficina foi parte integrante da Semana Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta com a temática “Conceito em Arquitetura e urbanismo – Aspectos, Linguagem, Desdobramentos”. A oficina teve a finalidade de abordar e mostrar aos acadêmicos a teoria e a prática referente à Acessibilidade universal aplicada no ambiente em que os mesmos frequentam, ou seja, o campus da universidade de Cruz Alta – RS.

## **METODOLOGIA**

A oficina foi realizada em duas partes, sendo dividida em dois dias de atividades consecutivos. No primeiro dia, aconteceu o embasamento teórico, abordando a conceituação básica, os tipos de deficiências existentes, o princípio da parte de desmistificação da legislação referente aos padrões antropométricos e os jogos e dinâmicas orientadas. Estes últimos aconteceram em duas salas distintas, organizadas e equipadas com os materiais necessários. A desmistificação da norma teve continuidade no segundo dia de atividades. Após o término da parte teórica, aconteceram as atividades em conformidade com a Análise Global do ambiente, na qual sucede a análise da configuração espacial mais abrangente (identificação dos problemas através do *walkthrought* – caminhar no espaço observando padrões estabelecidos).

Os acadêmicos percorreram espaços e prédios do campus, em grupos, com equipamentos e instrumentos utilizados pelas pessoas com deficiência (cadeira de rodas, venda para olhos, bengala de rastreamento). Estes instrumentos foram emprestados pelo setor de Núcleo de Apoio ao Estudante e Setor de Medicina e Segurança do Trabalho da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. A ideia principal era de que os acadêmicos pudessem avaliar as condições de acessibilidade existentes no campus, percorrendo os locais, conferindo a legislação e respondendo ao questionário usado para avaliação da Acessibilidade nas edificações do Ministério Público obtido através do site do Conselho Nacional do Ministério Público.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No primeiro dia da oficina, foram realizadas com os acadêmicos, três atividades dinâmicas: Confio no meu par, Lanche às escuras e Mudança.

O exercício “Confio no meu par” (Figura 1) visava refletir sobre a confiança nas pessoas ao não possuir o recurso da visão. Para sua execução, os alunos foram conduzidos a outra sala, na qual se encontrava um circuito de obstáculos montados com mesas, cadeiras e corda. Divididos em patrulhas, os membros destas ficavam com os olhos vendados e deveriam percorrer o circuito na sala com as orientações do guia da patrulha: a pessoa sem a venda. Após determinado tempo, os papéis eram invertidos. O fechamento da dinâmica se deu com cada participante relatando ao grupo as sensações que teve ao ser conduzido e o que mais apreciou durante essa prática. Houve questionamentos como: como é ser guiado? Que sentimentos experimentei? É fácil confiar no outro? Como nos sentimos quando somos levados para um lugar que não conhecemos, sem saber o que encontraremos pela frente? Como você agiria se fosse guiar um deficiente visual a atravessar a rua?

Figura 1. Execução do exercício “Confio no meu par”



FONTE: autoras, 2015.

Com o objetivo de sensibilizar os participantes sobre a deficiência visual, O Lanche às escuras (Figura 2), foi desenvolvido com a utilização dos seguintes elementos: venda para olhos, mesa de lanche com copos, talheres, pratos, pão, geléia, biscoitos, jarra, água e refrigerante. Os participantes foram separados em dois grupos. O primeiro grupo foi vendado e deveria servir o seu lanche, vivenciando as dificuldades de se executar essa ação corriqueira para a maioria das pessoas, sem o recurso da visão, ou seja, testando a sua autonomia como se tivessem alguma deficiência visual. O segundo grupo atuou como guias e observadores. Ao

final da atividade, os participantes vendados também deveriam assinar uma lista de presença. A dinâmica foi repetida por duas vezes até que todos os acadêmicos tivessem experimentado a sensação de ser deficiente visual. O fechamento do jogo ocorreu com a discussão das vivências pessoais, com relatos individuais e destaques das sensações experimentadas.

A atividade “Mudança”, como o próprio nome diz, deve proporcionar aos participantes mudanças na forma de viver, olhar o mundo e as pessoas. Usando óculos de plástico com lentes coloridas, os participantes deveriam ler em conjunto a poesia intitulada “mudança”, da Clarice Lispector (Anexo 01). Após, os acadêmicos refletiram sobre as mudanças de comportamento que poderiam melhorar a convivência com pessoas com deficiência.

Figura 2. Atividade “Lanche às escuras”



FONTE: autoras, 2015.

No segundo dia da oficina, após o término da fundamentação teórica e desmistificação da Norma NBR 9050 de Acessibilidade Universal, aconteceram as atividades da Análise Global do ambiente. Nesta, os acadêmicos percorreram espaços e prédios do campus, em grupos, com equipamentos e instrumentos normalmente utilizados pelas pessoas com deficiência (cadeira de rodas, venda para olhos, bengala de rastreamento). Nesse caminhar, denominado *walkthrough*, os alunos analisaram a configuração espacial, identificando problemas e preenchendo o questionário para avaliação da Acessibilidade nas edificações do Ministério Público.

No prédio do curso de Arquitetura e Urbanismo (Figura 3), verificaram-se aspectos relacionados à circulação (largura dos corredores, largura e inclinação das rampas, corrimãos), o acesso ao balcão de atendimento da recepção (altura), as salas de aulas (circulação e mobiliário) e os sanitários - dimensão mínima, tipo de pavimentação, área de transferência da bacia sanitária (Figura 4), altura da bacia sanitária e do lavatório, barras de

apoio, etc. Os acadêmicos também fizeram o trajeto do prédio de arquitetura até o prédio central, avaliando a calçada, piso usado, guias rebaixadas para pedestres e para veículos, as rampas de acessibilidade externas e sinalizações.

No centro de convivência, os mesmos ponderaram além da circulação (largura, rampas, pisos, corrimãos), o acesso aos terminais dos bancos e às lancherias. Na biblioteca (Figura 5), também foram medidas as distâncias entre cada estante de livros e os terminais de consulta para verificar se atendiam ao exposto na legislação. Em todos os locais percorridos, foram avaliados os acessos às edificações, as circulações horizontais, verticais e sinalizações.

Figura 3. Acadêmicos percorrendo o prédio do Curso de Arquitetura e Urbanismo



FONTE: autoras, 2015.

Figura 4. Análise nos sanitários do prédio da Arquitetura



FONTE: autoras, 2015.

Figura 5. Levantamento e análise na biblioteca



FONTE: autoras, 2015.

Analisando o questionário preenchido pelos grupos e a discussão estabelecida após o retorno da atividade, verifica-se que no prédio da arquitetura, prédio central, centro de convivência e biblioteca, de maneira geral, quase todos os aspectos relacionados à acessibilidade das pessoas em cadeira de rodas (P.C.R) e pessoas com mobilidade reduzida (P.M.R) estão em conformidade com a legislação.

Em alguns lugares o piso não é antiderrapante e os corrimãos não estão colocados nas alturas adequadas. Em algumas faixas de segurança não existem a guia rebaixada para pedestre nem as rampas de acessibilidade. Há locais em que a vegetação implantada não preserva o piso do passeio. Algumas calçadas externas são muito estreitas, dificultando o deslocamento do público nos horários de grande movimento na instituição.

Há uma carência grande no que diz respeito às sinalizações e cuidados com as pessoas que possuem deficiências visual, auditiva e pessoa muda. Não existe, por exemplo, sinalização com piso tátil para balizamento e direcional para as pessoas com deficiência visual. Também não há sinalização informativa e direcional nos acessos das edificações nem nos balcões de informação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência vivenciada pelos acadêmicos na realização das atividades “Confio no meu par”, “Lanche às escuras” e “Mudança” teve resultados benéficos. Os acadêmicos conseguiram experimentar as dificuldades diárias enfrentadas pelas pessoas com deficiências, pondo-se em sua realidade, refletindo e proporcionando a mudança no seu comportamento com relação ao tratamento a essas pessoas e ao próprio ambiente construído pensado para o alcance universal. O conteúdo teórico e expositivo demonstrou aos participantes que pensar,

projetar e adequar os espaços de arquitetura e urbanismo à legislação de Acessibilidade Universal não é tarefa difícil, apenas requer atenção e cuidados.

A análise pós-ocupação realizada através do *walkthrough* – caminhar no espaço – propiciou a obtenção dos diagnósticos reais dos locais do campus universitário da UNICRUZ. Estes diagnósticos colaborarão, em um trabalho futuro, para as reabilitações e reformas dos ambientes objetos dos estudos. Também auxiliarão os alunos na tomada de decisões projetuais referentes à acessibilidade universal nas demais disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo e, conseqüentemente, na prática profissional.

Em relação aos resultados obtidos com as avaliações, conclui-se que a acessibilidade das pessoas com deficiências físicas (pessoa em cadeira de rodas e com mobilidade reduzida), na maioria dos locais percorridos, satisfaz as condições estabelecidas na legislação. Contudo, há poucos cuidados para as pessoas com deficiência visual, auditiva e muda. Dessa forma, fica um caminho a percorrer, com a necessidade de vencer esses obstáculos, procurando satisfazê-los tanto no processo educativo quanto na execução das leis nesses ambientes.

Avaliando a satisfação dos participantes com a realização da oficina, percebe-se que a metodologia empregada surtiu em resultados muito positivos, pois tratou de questões delicadas com um pouco de descontração e prática, tornando a atividade descontraída, mas não diminuindo a sua eficácia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos** – NBR 9050: 2015. Rio de Janeiro, ABNT, 2015.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Roteiro básico para avaliação da acessibilidade nas edificações do ministério público**. Disponível em: [http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/Roteiro\\_B%20A1sico\\_Avalia%20A7%20A3o\\_Acessibilidade\\_Sedes\\_MP.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/Roteiro_B%20A1sico_Avalia%20A7%20A3o_Acessibilidade_Sedes_MP.pdf). Acesso em agosto de 2015.

KALIL, Rosa Maria Locatelli., GOSCH, Luiz Roberto Medeiros., GELPI, Adriana. **Acessibilidade e desenho universal: conceitos, legislação e métodos aplicáveis à arquitetura de interiores**. Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: NUTAU, SP, 2010. Disponível em: [http://www.usp.br/nutau/sem\\_nutau\\_2010/metodologias/gelpi\\_adriana.pdf](http://www.usp.br/nutau/sem_nutau_2010/metodologias/gelpi_adriana.pdf). Acesso em setembro de 2015.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Caderno 1 - Atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrições de mobilidade**. In: Brasil acessível – programa de acessibilidade

urbana. São Paulo: 2006. CD-ROM. Produzido pela Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana.

\_\_\_\_. **Caderno 2 – Construindo a cidade acessível.** In: Brasil acessível – programa de acessibilidade urbana. São Paulo: 2006. CD-ROM. Produzido pela Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana.

\_\_\_\_. **Caderno 6 – Boas práticas em acessibilidade.** In: Brasil acessível – programa de acessibilidade urbana. São Paulo: 2006. CD-ROM. Produzido pela Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana.